



REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DA ENERGIA E ÁGUAS

RELATÓRIO DO 8.º CONSELHO CONSULTIVO

No âmbito das atribuições dos Departamentos Ministeriais e tendo em linha de conta as directrizes e os objectivos globais definidos pelo Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022, teve lugar na Cidade do Saurimo, Província da Lunda-Sul, nos dias 11 e 12 de Setembro de 2018, o 8.º Conselho Consultivo do Ministério da Energia e Águas, sob o lema “ O Nosso Desafio é Melhorar os Serviços de Fornecimento de Energia e Águas”.

O principal objectivo do evento foi o de consensualmente se identificarem os caminhos viáveis e gradualmente se encontrarem soluções inteligentes para se mitigarem as insuficiências ainda existentes no sector, bem como efectuar o balanço do cumprimento das recomendações saídas do Conselho Consultivo passado. Deste modo, permitir uma maior e melhor percepção da incidência das mesmas na satisfação das necessidades da população, tanto no meio urbano, como nas zonas rurais.

A cerimónia de abertura do 8º Conselho Consultivo foi presidida por Sua Excia. Secretário de Estado das Águas, Eng.º Luís Filipe da Silva, ladeado pelo Exmo. Vice-Governador para os Serviços Técnicos e Infra- Estruturas da Província da Lunda-Sul, Eng.º Evanerson Leandro Varo Kaputu, pelo Exmo. Secretário de Estado da Energia, Eng.º António Fernandes Rodrigues Belsa da Costa, e o Exmo. Administrador Municipal Eng.º Daniel Félix Neto. Para além das entidades acima referidas, a Abertura e o Encerramento do Conselho Consultivo contaram com a presença da Exma. Vice-Governadora para a Área Económica, Política e Social da Província da Lunda-Sul, bem como de Deputados da Assembleia Nacional.

Por imperativo de agenda, Sua Excelência Ministro da Energia e Águas, Eng.º João Baptista Borges, orientou os trabalhos no segundo dia, tendo apelado às empresas para uma melhor e mais adequada postura quanto a redução de custos, aumento de receitas, adopção de novas práticas e modelo de gestão, assim como maior dinamismo, motivação e valorização dos quadros.

Participaram na reunião, representantes dos Departamentos Ministeriais e Instituições, tais como: Agricultura e Florestas, Pescas e Mar, Ambiente, Telecomunicações e Tecnologias de Informação, Universidade Agostinho Neto, empresas parceiras do Sector e quadros do Ministério da Energia e Águas perfazendo um total de duzentos e vinte e três (223) participantes, conforme lista de presenças.

A Sessão teve início com o discurso do Vice-Governador para os Serviços Técnicos e Infra- Estruturas da Província da Lunda-Sul, em representação do Governador da Província, o Dr. Ernesto Fernando Kiteculo, que proferiu palavras de boas vindas, desejando aos distintos membros do Conselho uma óptima estadia, fazendo votos que o evento em questão servisse para cimentar o reforço das relações institucionais que o Governo desta Província pretende estabelecer com o MINEA, visto que a Energia e Águas são factores para o desenvolvimento das actividades económicas e de melhoria das condições de vida das populações.

Por último, o Sr. Vice-Governador desejou que, o Conselho Consultivo se tornasse um momento chave para a criação de uma base sustentável, e que os aspectos técnicos colocados à discussão conduzissem a necessária mudança da situação, de forma a melhorar e contribuir para promoção do desenvolvimento industrial, socio-económico de todo território nacional.

Ao iniciar a sua intervenção, o Secretário de Estado das Águas, Eng.º Luís Filipe da Silva, em representação do Ministro da Energia e Águas, o Eng.º João Baptista Borges, agradeceu ao Governo da Província da Lunda-Sul pela recepção, tendo enfatizado que o objectivo deste encontro é de efectuar o balanço do cumprimento do Conselho Consultivo passado, colher e trocar experiências, visando ter uma melhor percepção das realidades locais em particular e do País, em geral.

Também apelou aos Governos Provinciais para a necessidade de se trabalhar mais para a manutenção do que já foi alcançado, incluindo a colaboração da população na denúncia dos autores de actos de vandalismo nas infra-estruturas de energia e águas.

Por outro lado, observou que apesar dos programas em desenvolvimento no sector da energia e das águas, os progressos verificados ainda são insuficientes e que a solução para estes constrangimentos passa por uma cooperação dinâmica entre os diferentes sectores, envolvendo capital privado, visto que o aumento das necessidades é inevitável e as respostas nem sempre podem ser imediatas. Daí ter sido escolhido como lema deste evento: " O Nosso Desafio é Melhorar os Serviços de Fornecimento de Energia e Águas".

Importa mencionar que os trabalhos do 8.º Conselho Consultivo foram repartidos em quatro painéis nomeadamente:

1.º Painel: Grau das Recomendações do 7.º Conselho Consultivo;

2.º Painel: Balanço dos Órgãos Provinciais;

3.º Painel: Balanço dos Órgãos Centrais;

4.º Painel: Balanço das Empresas Públicas e das Comissões de Gestão

1.º Painel: Grau das Recomendações do 7.º Conselho Consultivo

Neste painel foi feito o balanço do grau de execução das Conclusões e Recomendações do 7º Conselho Consultivo, pelo Gabinete de Inspeção do MINEA. Os participantes consideraram satisfatório o grau de execução das conclusões e recomendações do 7º Conselho Consultivo tendo obtido os seguintes dados:

- 44% cumpridas;
- 43% em curso;
- 13% não cumpridas.

A escassez de recursos financeiros limitou a materialização de algumas actividades planeadas, como por exemplo a conclusão das obras da central de Laúca e linhas associadas. Todavia o rigor e o sentido de responsabilidade no cumprimento dos projectos que se encontram em fase de execução é um aspecto a se ter em conta, para se atingirem as metas preconizadas no Plano de Acção do Sector 2018-2022, em prol do desenvolvimento e industrialização do País, para as melhorias das condições de vida das populações.

2.º Painel: Balanço dos Órgãos Provinciais

Este painel foi moderado pelo Eng.º Victor Fontes e Eng.º João da Silva Neto, onde foram balanceadas as actividades dos Órgãos Provinciais, representados pelos Directores dos Gabinetes Provinciais de Infra-estruturas e Serviços Técnicos das Províncias: Lunda-Sul, Lunda-Norte, Moxico, Cuando Cubango, Cunene, Huíla, Namibe, Bié, Kwanza-Sul, Huambo, Bengo, Cabinda, Malange e Uíge.

Da avaliação efectuada aos temas constantes no Anexo I, verificou-se o seguinte:

1. Lunda-Sul

- a. Quanto ao sector da energia constata-se que com a reabilitação e construção do Aproveitamento Hidroeléctrico de Luachimo e a Construção da Central Térmica de Saurimo com capacidade de 19,6 MW que irão minimizar o problema da energia. Tendo nestes termos traçado como principais metas para as seguintes:
 - A conclusão do Aproveitamento Hidroeléctrico de Luachimo;
 - Construção do Aproveitamento Hidroeléctrico de Chicapa II, Luapasso Camanenga e Vuca.

- b. Relativamente ao sector das águas apurou-se que somente 33% da população tem acesso a água potável e que a única Estação de Tratamento de Água operacional é a da Cidade de Saurimo, cuja capacidade é de 288 m³/h. Neste sentido, apresenta como principal linha de acção, a construção, ampliação e reforço aos sistemas de água da região da Lunda-Sul, de modo a aumentar o nível de abastecimento urbano para 85% e rural para 80%.

2. Lunda-Norte

- a. Quanto ao sector da energia constata-se que:

- O potencial hídrico que a província detém, se devidamente explorado pode produzir energia para satisfazer a província hoje e futuramente.
- A potência instalada na capital da Província é de 47,49 MW e nos outros municípios é de 17,49 MW.
- Com a reabilitação e reforço da potência do Aproveitamento Hidroeléctrico de Luachimo de 8 MW para 34 MW, espera-se beneficiar cerca de 10.600 famílias.
- Existência do projecto Hidroluapasso com 3 Centrais sendo Luapasso com 33 MW, Camanenga com 33 MW e Samuela com 15 MW nas bacias dos rios Luachimo e Chicapa para a abastecimento da zona mineira do Lucapa.
- O principal constrangimento neste sector é que muitas Unidades de Produção não funcionam e outras apresentam um funcionamento deficitário.

- b. Relativamente ao sector das águas, informou-se sobre a capacidade de produção nominal actual dos sistemas operacionais de abastecimento de água das Sedes Municipais, bem como sobre a capacidade de produção dos projectos em curso. Tendo para o efeito mencionado como Projectos em perspectivas a reabilitação e reforço dos sistemas de abastecimento de água das sedes Municipais do Lóvua, Caungula, Cuango e Capenda Camulemba, cujos levantamentos já foram feitos e estão na fase de estudos.

3. Moxico

- a. Quanto ao sector da energia informou que detém 6 Centrais Térmicas com uma capacidade instalada de 36,3 MW, distribuídas nos municípios de Luau, Camanonga e Luena, havendo a previsão de aumento de capacidade para 58,1 com a construção de Central Térmica de 20 MW e o reforço de 1.8 MW para a central térmica Caterpillar.

Tendo nestes termos apresentado como opção para melhorar o fornecimento de energia e água na Província do Moxico, a construção dos Aproveitamentos Hidroeléctricos do Cassai, para municípios do Luacano, Cameia, Luau e Muconda (Lunda Sul); a construção do Aproveitamento Hidroeléctrica do Luizavo e campo eólico no Alto Zambeze; e a construção da mini-hídrica de Tchafinda para a sede municipal do Leua, e as de Luanguinga e Lucula, para os Bundas.

b. No que respeita ao sector das águas, informou-se que para a melhoria do fornecimento de água, das condições para o cumprimento dos desafios propostos, de entre outras, foram eleitos os seguintes:

- Existência nas sedes municipais e comunais, sistemas de água em condições de funcionamento aceitáveis.
- A conclusão da acção de formação das brigadas municipais de água e a consequente aplicação do MOGECA.

4. Cuando Cubango

a. Quanto ao sector da energia constata-se:

- A existência de duas Centrais Térmicas instaladas, sendo uma no Menongue com capacidade de 11,9 MW e outra no Kuito Cuanavale de 8,5 MW.
- Está em Construção de uma nova Central Térmica diesel e gás com capacidade de 54 MW, cuja execução da obra encontra-se em 80%.
- O actual *deficit* energético nos municípios da orla fronteiriça nomeadamente, Calai, Cuangar e Diríco, é compensado pela Empresa Namibiana Nampower na ordem de 1050 KVA, sendo os restantes são alimentados por grupos geradores com capacidade para o efeito.

b. Relativamente ao sector das águas, realçou-se que 3 municípios (Menongue, Cali e Kuito Cuanavale), estão servidos com o sistema de abastecimento de águas convencionais, e os outros municípios aguardam pela inserção dos sistemas no OGE.

5. Cunene

a. Quanto ao sector da energia constata-se que:

- Somente 11,7 % da população tem acesso à energia da rede pública, pelo facto de existir só uma Central Térmica instalada com capacidade de 10,2 MW,.

- Em termos de projecto está em fase de montagem uma Turbina de 25 MW, tendo como previsão de montagens de Centrais Híbridas de 5 MW em alguns municípios desta Província.

b. Relativamente ao sector das águas, verifica-se que:

- A Província tem 7.100 ligações domiciliares, 742 pontos de água sendo 422 operacionais e 320 não operacionais.
- Aguarda-se pela conclusão da Barragem de Calueque para o abastecimento de água à população do Cunene e Namibia.
- A falta de quadros capacitados na Província e a falta de recursos financeiros, são um dos principais constrangimentos.

6. Namibe

a. Quanto ao sector da energia constatou-se que o lençol freático do Rio é igual a 30 metros podendo gerar 10 MVA.

b. No que respeita ao sector das águas, importante mencionar que a água residual depois de tratada pela ETA é para a utilizada para a actividade de irrigação,

7. Benguela

a. Nesta Província constata-se que:

- O fornecimento de energia eléctrica às cidades de Benguela, Lobito, Catumbela e Baía-Farta, são na generalidade feitos por Centrais Térmicas de Kileva, Cavaco e a Central Hidrica de Lomaúm, com potência instalada de 50,00 MW.
- O Aproveitamento Hidroeléctrico de Biópio possui uma potência instalada de 14,4 MW, porém se encontra paralisada.

8. Kwanza-Sul

a. Quanto ao sector da energia:

- São notáveis as acções das entidades afins, que têm sob as suas responsabilidades a produção, transporte, distribuição e comercialização de energia eléctrica nas Cidades do Sumbe, Porto Amboím, Gabela e Calulo.
- Igualmente se considera que as Administrações Municipais têm como tarefa garantir o fornecimento de energia através de fontes alternativas onde o sistema Norte ainda não chegou.

- a. Relativamente ao sector das águas se pretende implementar um programa de intervenção profunda às sedes municipais com excepção no município do Sumbe.

9. Huambo

- a. Nesta Província constata-se que:

- O Aproveitamento Hidroeléctrico do Gove possui uma potência instalada de 60,00 MW, tendo em regime especial de gestão dos níveis de água da albufeira uma potência disponível de 24,0 MW.
- O Aproveitamento Hidroeléctrico do Cuando possui uma potência instalada de 1,3 MW, tendo disponível uma potência de 0,5 MW.

10. Bengo

Constata-se que o Aproveitamento Hidroeléctrico de Mabubas aumentou a sua potência de 17,8 MW para 25,6 MW (actual).

11. Cabinda

- a. Quanto ao sector da energia informa-se que a taxa de cobertura de energia a nível da Província é de 38,1% e apresenta um quadro com pouco potencial Hidroeléctrico, e para colmatar a fraca disponibilidade de produção de energia, se considera que a via mais eficiente e segura será a integração da rede local na rede nacional.
- b. No sector das águas constata-se que a taxa de cobertura deste recurso a nível da província é de 59% na zona rural e 34% na zona urbana.

12. Malange

- a. Quanto ao sector da energia constata-se que o Aproveitamento Hidroeléctrico de Capanda abastece somente os municípios de Malanje com potência instalada de 71,5 MW e o de Cacusó com 28,0 MW, os demais municípios desta Província são abastecidos por fontes térmicas. Existe mas não para Malanje neste período.

13. Uíge

- a. Quanto ao sector da energia constata-se que, somente três municípios têm acesso a energia eléctrica da rede, sendo Uíge com 32 MW, Negage com 12 MW e Maquela do Zombo com 32 MW, tendo como principais fontes o Aproveitamento Hidroeléctrico de Capanda e a Mini-Hídrica de Luquixi.

- b. Por outro lado, consideram-se como fontes de abastecimento de águas para esta Província: os furos artesanais, os sistemas por gravidade, e a captação como forma de aproveitamento de água.

3.º Painel: Balanço dos Órgãos Centrais

Este painel foi moderado pelos Eng.º Rui Tito, Eng.º João Saraiva e Eng.º Adriano de Almeida, tendo para o balanço dos Órgãos Centrais do MINEA, sido apresentados os temas constantes do Anexo II, pelos representantes da DNEE, DNERL, DNER, GAB.MINEA, AREA, GAMEK, PAT, DNA, INRH, GABHIC, IRSEA e CFQEHYH.

Da avaliação efectuada aos temas constantes no Anexo III, constatou-se o seguinte:

- a. A DNEE apresentou o “Plano Director do Desenvolvimento do Sistema Eléctrico 2018 - 2040” onde se abordou sobre a pretensão do aumento da demanda que até 2040 será de 11.226 MW, igualmente mencionou que o referido plano foi elaborado centrado no desenvolvimento da energia hídrica, devido ao potencial hídrico que o País apresenta.
- b. A DNERL no âmbito do projecto Angola Energia 2025 para o desenvolvimento do programa de pequenos Aproveitamento Hidroeléctrico, informou que foram identificados e avaliados vários locais que permitiram a selecção e desenvolvimento de cinco Aproveitamentos Hidroeléctricos e os respectivos sistemas associados, designadamente:
- Queda do Vuca com 44 MW na Província da Lunda-Norte;
 - Luacano B com 15 MW na Província do Moxico;
 - Kaquima com 4 MW, Cutato com 7 MW e Rápidos de Mpupa com 5 MW, todos na Província da Cuando Cubango.
- c. A DNER apresentou o programa “Aldeia Solar III”, que contempla as Províncias da Lunda-Sul, Cuando Cubango e Kwanza-Sul, cujo objectivo é a electrificação das infra-estruturas sociais através de sistemas solares autónomos isolados.
- d. O GAB.MINEA debruçou-se sobre a relação existente entre Angola e a Agência Internacional de Energia Atómica, tendo frisado:
- Sobre a importância da agência que trabalha para fins pacíficos, que assentam em três pilares fundamentais: Segurança e estabilidade, Ciência e tecnologia, e Salvaguardas e constatações.

- Os projectos nacionais da agência, constantes do ciclo 2018-2019.
- e. A AREA relatou as actividades realizadas em 2017, informou sobre os constrangimentos causados pelo número reduzido de quadro, apontando como solução a necessidade de recrutamento de quadros.
- f. O GAMEK abordou sobre o Aproveitamento Hidroeléctrico de Caculo Cabaça, e o Sistema de Transporte Associado, com a finalidade única de produção de energia com capacidade de 2.172 MW, com um prazo de construção de 80 meses, cuja consignação ocorreu aos, 04 de Agosto de 2017, com o início do desvio do rio Kwanza.

Igualmente informou que o planeamento do sistema de transporte associado está assento em três eixos: Região Luanda, Região Centro Sul e Região Sul.

- g. O PAT informou que, em Dezembro a cobertura deste programa foi graduada em 68% de populações beneficiárias, constatando-se que até início de Janeiro de 2018, 6.494.500 habitantes foram contemplados com o PAT. Entretanto, para que seja atingida uma taxa de cobertura de 80%, faltam ainda cobrir um total de aproximadamente 20.000 habitantes, até 2022.
- h. A DNA efectuou uma síntese dos indicadores de balanços das actividades 2017 – 2018, onde se abordou as acções desenvolvidas no Subsector com vista à persecução das metas estabelecidas para o quinquénio 2018-2022.
- i. O INRH informou:
- Que foram cumpridas as três recomendações atribuídas no anterior Conselho Consultivo;
 - Que de momento não é possível a construção do transvase do rio Cassai para o rio Chiumbue, visto que tal acto carece de estudos prévios.
 - Sobre a escassez de água deve ser encorajada à utilização conjunta de águas superficiais e subterrâneas.
 - Sobre a nova realidade hidrogeologia do País, é necessário que se faça uma reavaliação do potencial de águas subterrâneas existente no País.
- j. O GABHIC frisou, que os benefícios da cooperação transfronteiriça são realidades e devem ser incentivadas as acções de cooperação com a implementação de projectos e com benefícios directos para a população.

k. Para a “Melhoria do Ambiente de Negócios em Angola versus Electricidade e Águas” o IRSEA efectuou as seguintes recomendações:

- Consolidação dos actuais modelos de Governo Empresarial Público, para o sector eléctrico e das águas;
- Criação de condições para o estabelecimento de contrato-programa com as Administrações das Empresas Públicas;
- Programa de ajustamento progressivo das tarifas de electricidade e de água com tendência ao subsídio zero e cobertura de custos das Empresas Públicas;
- Reforço das garantias para a captação de investimento privado e entrada de operadores privados nos dois sectores.

l. O CFQEHYH apresentou o seguinte:

- O balanço das acções formativas realizadas no primeiro semestre do ano em curso.
- As futuras perspectivas do Centro, tendo defendido a criação de um Centro de nível III ou IV, com uma estrutura adequada às exigências do sector.
- A reformulação dos planos curriculares, melhorias das condições necessárias ao processo de formação profissional, bem como a formação contínua de formadores e gestores.

4.º Painel: Balanço das Empresas Públicas e as Comissões de Gestão

Este painel contou com o auxílio dos Eng.º Celestino João, Eng.º José Quarta, Eng.º Luís Mourão e Eng.º Eduardo Nelumba como moderadores, tendo as apresentações dos temas apensos ao Anexo IV, se constatado o seguinte:

a) Relativamente às Empresas Públicas de Águas, designadamente, EPAL, EPAS do Bengo, Benguela, Bié, Cunene, Huambo, Huíla, Kwanza-Norte, Lobito, Malange, Moxico e Namibe, considera-se a seguinte avaliação:

- A EPAL apresentou os principais desafios do plano de acção do sector 2018-2022, que estabelece as prioridades e projectos para o desenvolvimento do sector nos próximos cinco anos alinhado ao programa do Governo.
- A Empresa Provincial de Águas e Saneamento do Bengo, referiu-se aos constrangimentos técnicos e comerciais da empresa, tendo como recomendações: a recuperação da fibra óptica e a formação dos técnicos.

- A Empresa Provincial de Águas e Saneamento do Benguela, considera pertinente:
 - ✓ Gestão e exploração dos sistemas de abastecimento de água nos municípios do Cubal, Ganda, Caimbambo e Chongoroi;
 - ✓ Recuperação de sete captações associadas a dois já em funcionamento, passando de 210 m³/h para os 630 m³/h no antigo campos de furos;
 - ✓ Esteiramento de condutas diversas para os bairros emergentes numa extensão de 30 km.
- A Empresa Provincial de Águas e Saneamento do Bié, referiu-se a gestão e operação dos sistemas de abastecimento de Cunje e no Kuito.
- A Empresa Provincial de Águas e Saneamento do Huambo, informou que o nível de cobertura com o fornecimento de água nesta cidade está em torno de 91%, e que os valores facturados são recebidos na maioria dos casos.

Por outro lado, abordou que o baixo nível de escolaridade, constitui um constrangimento à Empresa, dada a existência de recursos humanos com capacidade aquém do desejável.

- A Empresa Provincial de Águas e Saneamento do Huíla, informou que a taxa de cobertura de água é de 95%.
- A Empresa Provincial de Águas e Saneamento do Kwanza-Norte, mencionou que a cidade de Ndalatando beneficiou da construção de uma nova rede de distribuição de água com 20,5 km na zona periurbana, e que foram construídos 6.500 novas ligações domiciliardes distribuídas em 9 zonas geográficas.
- A Empresa Provincial de Águas e Saneamento do Lobito, informou-se que actualmente a Catumbela e o Lobito têm uma cobertura de 45% e 65% respectivamente na distribuição de água.
- A Empresa Provincial de Águas e Saneamento do Malange, foi caracterizada por ter uma cobertura de 100% de abastecimento de água.
- A Empresa Provincial de Águas e Saneamento do Namibe, mencionou que tem representação em Moçâmedes, Bibala e

Camucuí, e posteriormente estará presente em Tômbwa e Virei.

b) No que concerne à Associação das Empresas de Águas e Saneamento de Angola - AEASA, informou que tem como objectivo principal agregar todos os agentes e entidades ligados a gestão de água e saneamento.

c) Quanto as Empresas Públicas de Energia, considera-se a seguinte avaliação:

- A PRODEL na sua abordagem sobre a situação operacional da Empresa, a potência instalada e a disponibilidade, fazendo referência que em 31 de Julho de 2018, a potência instalada no país registou um incremento de 38% (1 189,41 MW) se comparado ao mês de Junho de 2017. Tal situação acontece pelo facto de entrarem em operação novos activos de geração hídrica e térmica, destacando:
 - ✓ Entrada em exploração comercial da 1ª turbina de Laúca 334 MW, CD Capopa 1 4,50 MW (aumento de potência), CT Quileva 92,30 MW (aumento de potência), CT Belém 50 MW (instalação) e CT Morro Bento com 50 MW (instalação) – Julho/2017; Instalação da Central Térmica do Xitoto 3 com 28 MW – Agosto/2017;
 - ✓ Instalação da Central Térmica do Camama com 50 MW – Setembro/2017;
 - ✓ Entrada em exploração comercial da 2ª turbina de Laúca 334 MW- Outubro/2017;
 - ✓ Instalação de uma nova turbina de 28 MW na CT Xitoto 3 – Fevereiro/2018;
 - ✓ Instalação de duas turbinas de 125 MW cada Ciclo Combinado- Março/2018;
 - ✓ Entrada em exploração comercial da 3ª turbina de Laúca 334 MW – Maio/2018;
 - ✓ Instalação de duas centrais híbridas do Dinge e Belize com 2,5 MW cada - Junho/2018;
 - ✓ Com a entrada em operação comercial de novos activos, verificou-se um acréscimo no parque electroprodutor do sistema eléctrico nacional, tendo a energia de fonte hídrica uma maior percentagem no mix de geração;

- ✓ Apesar de se registar maior capacidade e disponibilidade de potência, o mesmo não se traduziu no aumento de receitas (tesouraria);
 - ✓ Os baixos recebimentos pela venda de energia eléctrica bem como a irregularidade na recepção do subsídio à preços, tem contribuído negativamente na gestão da empresa.
- A RNT na sua apresentação sobre o desenvolvimento do futuro sistema Leste, fez menção a previsão de geração do quinquénio 2018 à 2022, que terá um incremento de 110,88 para 249,88 MW;
 - Está prevista a construção de uma LT de MAT 400 kV, proveniente da SE Capanda Elevadora para Xá-Muteba.
 - A ENDE na sua abordagem fez menção sobre o foco na distribuição para um crescimento integrado, considerou que a Empresa está comprometida com a estratégia e desenvolvimento Angola 2015, e com o plano de acção do MINEA.

Informou ainda que as metas associadas aos objectivos da Empresa continuam a ser influenciada por factores externos.

d) No que concerne as Comissões de Gestão das Empresas Públicas de Águas, designadamente: Cabinda, Kwanza-Sul, Lunda-Norte, Lunda-Sul e Zaire, foi mencionado o seguinte:

- A Comissão de Gestão da Empresa Provincial de Águas e Saneamento de Cabinda até ao 1º semestre de 2018 teve os seguintes indicadores:
 - ✓ Recursos humanos 140, clientes cadastrados 8.315, água produzida/m³ 3.162.134, água distribuída/m³ 2.845.920,6, receitas arrecadadas Akz 65.333.825,80, despesas realizadas Akz 53.833.902,16 e ligações feitas 25;
 - ✓ Os objectivos do projecto de reforço de abastecimento de água à cidade de Cabinda e vila de Lândana é aumentarem os níveis de produção e distribuição de água potável;
 - ✓ As metas previstas são atingir a cobertura de abastecimento de água potável às populações de 34% para 70%.

- A Comissão de Gestão da Empresa Provincial de Águas e Saneamento de Kwanza-Sul, frisou sobre a pertinência de se recrutar e formar o pessoal.
- A Comissão de Gestão da Empresa Provincial de Águas e Saneamento de Lunda-Norte, realçou sobre a necessidade do aumento da capacidade de captação de água potável.
- A Comissão de Gestão da Empresa Provincial de Águas e Saneamento de Lunda-Sul, referiu-se sobre a necessidade de elaboração de um plano estratégico para a distribuição de água.
- A Comissão de Gestão da Empresa Provincial de Águas e Saneamento de Zaire, informou que os compromissos da Empresa para este ano, centram-se no Plano de Acção, que orienta as suas actividades para o desenvolvimento sustentável de abastecimento de água à população da Província do Zaire, conforme se segue:
 - ✓ Melhorar a prestação de serviço público com o reconhecimento pela população;
 - ✓ Garantir a qualidade e eficiência operacional da empresa;
 - ✓ Garantir a eficiência do novo modelo tarifário;
 - ✓ Garantir o retorno dos investimentos;
 - ✓ Atingir a meta dos 7 (Sete) mil clientes antes do ano 2020;
 - ✓ Adquirir meios materiais, rolantes, máquinas e equipamentos informáticos (Computadores), instalação de um Software para a empresa;
 - ✓ Assegurar a manutenção dos equipamentos das ETAs, das Redes de Distribuição de água e a limpeza regular dos Reservatórios de água e dos recintos das Infra-estruturas de água;
 - ✓ Expandir a Representação de EASZ-EP para todas sedes municipais, organizar e criar as condições para o seu funcionamento.

CONSTATAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

Das discussões efectuadas nos painéis referentes ao Balanço dos Órgãos Provinciais, Balanço dos Órgãos Centrais e dependentes, Balanço das Empresas Públicas e Comissões de Gestão, verificou-se que:

No domínio das Águas

- a. O Conselho Consultivo foi informado que foi feito o inventário das necessidades de fornecimento de água, nas sedes provinciais, municipais, comunais e localidades recônditas;
- b. Quanto ao Programa Água para Todos os membros foram informados que o programa está a decorrer não obstante os constrangimentos financeiros, augurando o seu desenvolvimento com a normalização da alocação dos recursos financeiros;
- c. Foi observado que existe necessidade de se encontrar soluções para problema de seca que é cada vez mais notório em várias regiões do país, recomendando-se o recurso a utilização devidamente controlada das águas subterrâneas para o abastecimento das regiões afectadas;
- d. Constatou-se que está em curso um esforço nas empresas de águas, no sentido da identificação e ligação dos novos clientes, sendo necessário aumentar a cobrança;
- e. Conclui-se haver avanços significativos no sector das águas no que toca a reabilitação, expansão e implementação de novos sistemas de água, assim como a criação de pontos de monitorização do controle de qualidade de água;

No domínio da Energia

- a. O Conselho Consultivo constatou a necessidade de se melhorar a comunicação entre os intervenientes nos projectos de investimento, de forma a garantir a acção coordenada;
- b. O Conselho foi informado que está na terceira fase do projecto Aldeia Solar, sendo necessário prevenir a manutenção destes sistemas, assim como dos equipamentos instalados no âmbito dos projectos aldeias solares I e II;
- c. Os membros foram igualmente informados que há necessidade da melhoria da nossa classificação no panorama internacional como País com um nível adequado a atracção de investimento estrangeiro (PRODESI);

- d. Durante o encontro foram apresentados vários projectos em curso visando a melhoria no aumento da capacidade da geração, transmissão e distribuição de energia eléctrica; nomeadamente a conclusão da segunda fase de Laúca com adicionais 1002 MW, o Ciclo Combinado do Soyo – as restantes três turbinas com 375 MW, Central Térmica Cueba/Menongue com 54 MW e as linhas associadas a Laúca devendo chegar ao Huambo, entre outros;
- e. O Conselho tomou conhecimento sobre o futuro desenvolvimento das linhas de transporte no sistema Leste, com a interligação da rede nacional de transporte, bem como a sua ligação ao sistema internacional dos países vizinhos; e
- f. Os membros constataram que a tarifa praticada actualmente não cobre os custos efectivos, o que obriga a que haja uma subsidiação do Estado. Considerando que os imperativos orçamentais limitam o fluxo normal de subsídios, torna-se imprescindível o reajustamento da tarifa por um lado, e redução das perdas comerciais e consequente aumento das receitas.

Aspectos Gerais

O Conselho Consultivo constatou o seguinte:

- a. Debilidades na manutenção dos sistemas já em funcionamento, decorrentes da falta de peças de reposição em tempo útil, situação que se tem agravado por falta de recursos financeiros nas empresas;
- b. Necessidade de se melhorar a articulação entre os Gabinetes de Infra-estruturas e Serviços Técnicos, empresas públicas e os Órgãos do MINEA;
- c. Apesar do aumento da produção, os níveis de cobertura dos serviços de água e de electricidade ainda não alcançaram o esperado;
- d. Dificuldade de pagamento às empresas de fiscalização;
- e. Existe um acentuado défice de quadros qualificados para operação e gestão dos sistemas, principalmente para os sistemas isolados.

RECOMENDAÇÕES

Das várias recomendações destacamos as seguintes:

1. Aumentar a troca de experiências entre as empresas do sector das águas;
2. Intensificar boas práticas de gestão e exploração dos sistemas de energia e águas;

3. Troca de sinergias entre as empresas do sector da energia e águas;
4. Reforçar as acções de articulação entre o Sector e as autoridades de Defesa e Segurança, bem como a sensibilização das populações para denúncia de autores de actos de vandalismo nas infra-estruturas de energia e águas.
5. Proceder à regulamentação sobre a comparticipação das empresas do sector no processo de adequação do Centro de Formação de quadros de electricidade, com o objectivo de promover a formação.
6. Que a DNA nos próximos contratos de empreitada considere na componente financeira verbas para permitir o acompanhamentos dos projectos.

ENCERRAMENTO DO 8º CONSELHO CONSULTIVO

Com a realização dos actos a seguir mencionados, foi efectuado o encerramento deste evento, a saber:

- 1- Leitura das Recomendações do 8º Conselho Consultivo;
- 2- Discurso de Encerramento proferido pelo Sr. Ministro da Energia e Águas, Eng.º João Baptista Borges.

COMISSÃO ORGANIZADORA DO 8º CONSELHO CONSULTIVO DO MINEA, EM SAURIMO, AOS 12 DE SETEMBRO DE 2018.

O PRESIDENTE DA MESA DE PRESIDUM

JOÃO BAPTISTA BORGES